CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0786/79

PROC. SE Nº 5822/79

REAUTUADO EM 11/02/80

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU.

ASSUNTO: Convênio

RELATOR: Cons. João B. Salles da Silva.

PARECER CEE Nº 3 5 2 / 8 0 - CP - Aprov. em 1 2 / 0 3 / 8 0

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

1.1 - A Fundação Educacional de Bauru, pessoa jurídica sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 73.729, é a entidade mantenedora, dentre outras escolas, do Colégio Industrial "Prof. Isaac Portal Roldan"

1.2 - Para a manutenção desse estabelecimento de ensino, a Secretaria de Estado da Educação vem prorrogando Convênio com a Fundação, mas tal ajuste na opinião do Sr. Diretor Executivo do Colégio Técnico Industrial de Bauru "...não tem evoluído de modo a acompanhar as reais necessidades financeiras. Bastaria assinalar que o Colégio iniciou suas atividades em 1967, com 40 (quarenta) alunos e uma única habilitação "Máquinas e Motores". Assinalava, ainda, a direção do Colégio, em 26/3/79, em ofício encaminhado ao Sr. Secretário, solicitando renovação do Convênio "...que a maioria significativa dos alunos do 2º grau, em Bauru, não está matriculada na rede oficial do Estado, e que demonstra a tendência dos estudantes em buscar opções variadas para sua formação, ainda que tenha que pagar por ela".

1.3 - Ao solicitar a renovação do ajuste, em 1979, o Sr. Diretor Executivo informou que as opções iniciais das habilitações plenas de 2º grau foram aumentadas -relativamente à inicial- para 6 (seis): Técnico em Mecânica, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Decoração e Técnico em Processamento de Dados.

1.4- Na sessão plenária deste Conselho, realizada em 16/3/79, foi aprovado o Parecer CEE nº 566/79 de nossa autoria e mediante o qual a Secretaria de Estado da Educação concebia à Fundação a subvenção anual – para o exercício de 1979 – de Cr\$ 6.800.000,00.

1.5 - Na Conclusão do referido Parecer, este Conselho sugeria que a Fundação, além do ensino regular de 2º grau "...organizasse, também, o Curso de Qualificação Profissional IV (artigo 13 da Deliberação CEE nº 14/73) a fim de permitir a profissionalização dos estudantes que egressam do ensino de 2º grau".

1.6 - De acordo com a Informação nº 2266/79, da ATPCE, o Sr. Diretor Executivo do Colégio Técnico Industrial "Prof. Isaac Portal Roldan", de Bauru, encaminhou à SE o orçamento-programa para 1980 onde a proposta orçamentária é de Cr\$ 25.905.403,00 destinados à manutenção do mesmo número de classes existentes em 1979 para as habilitações plenas acrescidas de seis turmas para o Curso de Qualificação Profissional IV (Supletivo). A ATPCE informou o seguinte:

- a) seria necessária a lavratura de Termo Aditivo ao Convênio existente e que deverá vigorar até 29/6/82;
- b) como o Sr. Secretário de Estado da Educação concordou que a SE deve prosseguir concedendo subvenção às Escolas Técnicas, a ATPCE propõe a concessão, para 1980, de recursos no valor de Cr\$11.700.000,00. No entanto, para "...agilizar o processo, de forma a permitir que o pagamento da primeira quota ocorra dentro do prazo previsto, solicitamos que o mesmo seja enviado ao Grupo de Planejamento Setorial para a competente análise".

1.7 - O G.P.S. concordou com a proposta da ATPCE e informou que o Colégio pretende instalar, em 1980, duas classes para a 1ª série de Mecânica e Eletrônica (diurno) acrescidas de três turmas especiais de complementação (sic) (CQPIV) nas habilitações em Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica "... sem cobrança de anuidades, para os alunos que tinham concluído o 2º grau na rede oficial do Estado". Esclareceu, ainda, que, nos termos do ofício R.G. 1615/79, de 21/8/79, "...fica a Fundação Educacional de Bauru autorizada nos termos do parágrafo único da Cláusula Segunda do Convênio anterior (Parecer CEE nº 566/79)... à cobrança de anuidades, em caráter de suplementação de recursos, obedecidos os preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie". O mesmo Grupo de Planejamento Setorial determinou o item econômico em que a despesa seria classificada.

1.8"-O Sr. Secretário de Estado da Educação, com fundamento no Decreto nº 14.667/80, considerando as restrições impostas ao orçamento, reduziu a subvenção para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

1.9 - A minuta de Termo Aditivo, elaborado pela ATPCE, foi aprovada pelo Sr. Secretário e pela Fundação e encaminhada a este Conselho.

1.10 - Na Sessão Plenária realizada em 12/3/80 foram sugeridas alterações na APRECIÇÃO anteriormente aprovadas pela Comissão de Planejamento e que são explicitadas, a seguir, por terem sido acolhidas pelo relator.

2. APRECIÇÃO

2.1 - A ATPCE, pela Informação nº 577/79, manifestou-se a respeito da Fundação: "Desnecessário se torna fazer qualquer consideração a respeito da Fundação Educacional de Bauru, mantenedora do Colégio Técnico Industrial, objeto deste Convênio, dada sua idoneidade técnica, financeira, educacional e cultural sobejamente conhecida". Perfilhamos essa opinião e concluímos que a Secretaria de Estado da Educação, prestando auxílio financeiro a Fundação, contribuirá para o cumprimento das finalidades da Lei Federal nº 5.692/71 nos aspectos referentes à preparação dos recursos humanos requeridos para o desenvolvimento social e econômico do País. Por essa razão, propomos ao Pleno a aprovação do Termo Aditivo, que a seguir transcrevemos:

"A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo seu Titular, DR. LUIZ FERREIRA MARTINS, devidamente autorizado pelo Sr. Governador do Estado, no processo SE nº 05822/79-SE, e o DR. NICOLA GABRIELE, Presidente da Fundação Educacional de Bauru, Estado de São Paulo, criada pela Lei Municipal nº 1.276, de 26 de dezembro de 1966, C.G.C. 450114459/0001-29, devidamente autorizado, nos termos de seu Estatuto, resolvem de comum acordo assinar o presente instrumento de aditamento ao Convênio celebrado entre as mesmas partes em 27 de junho de 1979, publicado no D.O. de 29 de junho de 1979, para estabelecer o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A importância correspondente à subvenção prevista a cargo da Secretaria de Estado da Educação, para o exercício de 1980, é de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), correndo as despesas por conta da rubrica 3.1.3.2.5.0-Unidade de Despesa 08.01.01-Gabinete do Secretário.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de aplicação indevida da verba "consignada pela Secretaria de Estado da Educação, será exigida a sua devolução nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no aludido Convênio.

E assim, por estarem justos e convencionados, observados os requisitos de ordem legal, firmam o presente em 05 (cinco) vias datilografadas, na presença das testemunhas abaixo assinadas".

2.2 - Há um importante aspecto a considerar: a cobrança de anuidades autorizada pelo parágrafo único da Cláusula Segunda do Convênio celebrado entre a Secretaria e a Fundação em 27 de junho de 1979 e aprovado pelo CEE através do Parecer CEE nº 566/79. O parágrafo em apreço tem a seguinte redação: "PARÁGRAFO ÚNICO: Os cursos abrangidos por este Convênio são gratuitos, podendo a Fundação solicitar autorização da Secretaria da Educação para a cobrança de anuidades, em caráter de suplementação de recursos, se os recursos decorrentes deste Convênio não forem comprovadamente insuficientes". Referido Parágrafo deve ser reexaminado pela Secretária de Estado da Educação para que sejam explicitados de forma clara, os critérios que orientarão a autorização para a cobrança das anuidades. Em 1980, consoante entendimentos da Pasta com a Fundação, o ensino será gratuito somente para os alunos concluintes do 2º grau e que se matricularam, para fins de profissionalização no Curso de Qualificação Profissional IV (denominado pela Fundação de "complementação") previsto no artigo 13 da Deliberação CEE nº 14/73. Essa exceção, no entanto, não consta do Parágrafo Único da Cláusula 2º do Convênio em vigor, medida essa que deveria constar da alteração da citada Cláusula. Para os demais, a cobrança será de 20% relativamente a anuidade fixada para o ano letivo e que seria de Cr\$ 3.200,00 (três mil e duzentos cruzeiros) rateando-se entre os discentes a diferença entre o orçamento calculado pela Fundação que seria de Cr\$ 13.271.418,00 e a subvenção concedida pela Secretaria na importância de Cr\$ 11.700.000,00. Como a subvenção em apreço foi reduzida para Cr\$ 10.000.000,00 é de se prever que a anuidade seja ainda maior. A respeito dessa matéria, deveria ser consultada a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação a quem compete a aprovação das anuidades escolares dos estabelecimentos de ensino.

2.3 - Os Cursos de Qualificação Profissional IV ("Complementação") não fo-

ram incluídos no Convênio firmado em 27/6/79 e, essa providência deverá ser tomada pela Secretaria de Estado da Educação, com relação ao citado ajuste, alterando-se a Cláusula Primeira.

2.4 - A Cláusula Nona do Convênio de 27/6/79, estabeleceu: "Para a execução deste Convênio a Fundação Educacional de Bauru, destinara, no exercício de 1979, ao Colégio Técnico Industrial "Professor Isaac Portal Roldan", até 50% (cinquenta por cento) da subvenção anualmente concedida pela Prefeitura Municipal de Bauru". Essa contribuição não foi considerada no orçamento proposto pela Fundação. Não estaria sendo concedida? Seria válida apenas para 1979, como se pode concluir pela redação da Cláusula Nona? A Cláusula em apreço deverá ser alterada com o propósito de determinar que a contribuição da Fundação para o Colégio Técnico Industrial se estenda a todos os períodos letivos e seja incluída no Plano de Aplicação Anual dos recursos financeiros. De outro modo, pode-se concluir que somente a Secretaria de Estado da Educação está mantendo os cursos sem contrapartida da Fundação.

2.5 - Sugerimos que os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação promovam as alterações que mencionamos e que deverão ser introduzidas no Convênio firmado em 27 de junho de 1979, a fim de completá-lo e esclarecer melhor os seus termos quanto aos aspectos mencionados nas Cláusulas Primeira, Segunda (Parágrafo Único) e Nona.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se a minuta do Termo Aditivo ao Convênio, celebrado em 27/6/79, entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Educacional de Bauru, objetivando o desenvolvimento do ensino profissionalizante em nível de 2º grau, através do Colégio Técnico Industrial "Professor Isaac Portal Roldan", de Bauru, referente à concessão da subvenção, para o exercício de 1980, de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros). Deverão ser consideradas pela Pasta, as recomendações constantes do presente Parecer.

São Paulo, 12 de março de 1980

João Baptista Saltes da Silva
R E L A T O R

III- DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala das Comissões em 17 de fevereiro de 1980.

a) Cons. João Baptista Salles da Silva
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Planejamento.

O Conselheiro Lionel Corbeil votou com restrições, nos termos de sua Declaração de Voto, subscrita pelo Conselheiro Alpí-nolo Lopes Casali. Também apresentou Declaração de Voto a Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Conselheira MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente

DECLARAÇÃO VOTO

Consa. Maria Aparecida Tamaso Garcia

O Convênio Fundação Educacional de Bauru/Secretaria de Estado da Educação foi aprovado por este Conselho Estadual de Educação em maio de 1979, através do Parecer nº 566/79 contendo no parágrafo único da Cláusula 2ª a permissão para que a Fundação, com autorização da Secretaria da Educação, possa cobrar anuidades em caráter de suplementação de recursos, "se os recursos decorrentes deste Convênio forem comprovadamente insuficientes". Dessa forma sugerimos emenda de redação ao Parecer ora em discussão. No item 1.8. do histórico deve constar que a cobrança de anuidades foi autorizada pelo Sr. Secretário "com apoio no referido parágrafo único da Cláusula Segunda".

Achamos inclusive que esse assunto é da alçada da Secretaria da "Educação não precisando sequer ver ventilado no Parecer em exame que trata exclusivamente, da fixação da subvenção para 1980 e da notificação das demais cláusulas.

Entretanto, tendo sido o problema levantado e reexaminado o texto do Convênio aprovado em 1979 não podemos deixar de fazer as seguintes observações:

1. É de todo conveniente que o parágrafo único da cláusula segunda seja reexaminado pela Secretaria da Educação para que sejam explicitados de forma clara os critérios que orientarão a autorização, para cobrança de anuidades. Da correspondência do Sr. Secretário com o Presidente da Fundação emerge que, em 1980, o ensino será gratuito para os alunos egressos de 2º grau das escolas estaduais e com cobrança de anuidade correspondendo a 20% da anuidade que seria fixada para 1980, (3.200 cruzeiros) para os demais alunos. Esse "quantum" foi determinado rateando-se entre os alunos a diferença entre o orçamento proposto pela Fundação (Cr\$ 13.271.418,00) e a subvenção que seria fornecida pela Secretaria da Educação (Cr\$ 11.700.000,00). Como essa subvenção foi reduzida a Cr\$ 10.000.000,00 supõe-se que a anuidade a ser cobrada seria ainda maior. A respeito da legalidade da cobrança a alunos não oriundos da rede estadual e gratuidade para estes últimos, sugerimos, data veria, seja o assunto este ano submetido aos órgãos jurídicos da Secretaria da Educação.

Quando do retorno do protocolado a este Conselho com a necessária explicitação do parágrafo o assunto será examinado também pela C.L.M. deste Colegiado. De qualquer forma, considerando-se que a Secretaria de Estado da Educação é praticamente a mantenedora dos cursos objeto do Convênio é de se assegurar seja inteiramente gratuita o ensino a alunos provenientes da rede estadual.

2. Outra alteração que precisa ser feita no Convênio é com relação à cláusula nona, que prevê, para 1979, a contribuição da Fundação para manutenção do Colégio Técnico. Essa Contribuição que corresponderia a 50% da contribuição que a Prefeitura Municipal destina anualmente à Fundação, não aparece, no orçamento-programa da instituição. Que houve? Não ocorreu. É preciso que a Prefeitura cumpra com suas obrigações, sem o que a Secretaria da Educação passaria, como parece já estar ocorrendo, a manter inteiramente os cursos técnicos e que a cláusula nona seja bem clara a respeito.

3. Precisam ser incluídos, de forma clara no Convênio, os cursos de "complementação", tendo em vista a habilitação profissional de egressos do 2º grau. O Convênio não cobre esses cursos, a não ser de forma indireta.

Com essas observações, propomos o seguinte:

- emenda ao Parecer, item 1.8., como já foi proposto,
- emenda à Conclusão, que teria a seguinte redação.

"Aprova-se

Recomenda-se à Secretaria da Educação rever, as cláusulas primeira, segunda e nona do Convênio aprovado pelo Parecer 566/79, com os seguintes objetivos:

- cláusula primeira - incluir os cursos de "complementação".
- cláusula segunda - parágrafo único - explicitar os critérios que levarão à autorização para cobrança de anuidades, deixando claro que os cursos de complementação, oferecidos, com prioridade, a egressos da rede estadual, serão gratuitos.
- cláusula nona - explicitar de forma clara a contribuição da Fundação, de maneira a garantir que o plano de aplicação apresentado, a cada ano, contenha essa contribuição.

No mérito, com relação ao assunto cobrança de anuidades, em 1980, pessoalmente, somos contrários, pois:

1. não está devidamente comprovada a insuficiência de recursos;

2. a anuidade total a ser cobrada, não fosse a contribuição da Secretaria da Educação, com base no orçamento proposto Cn\$ 21.579.000,00 (13,271.418,00 615 alunos) é muito superior àquela que seria autorizada pela Comissão de Encargos Educacionais deste Conselho Estadual de Educação, que, no máximo, seria a de Cr\$ 17.866.000,00.

3. A fixação do "quantum" a ser cobrado deverá ser submetida à Comissão de Encargos Educacionais deste Conselho Estadual de Educação.

O assunto, entretanto, escapa, no momento, à alçada deste Conselho Estadual de Educação, tendo em vista o previsto no Convênio já aprovado, como foi amplamente exposto.

São Paulo, 12 de março de 1980.

a) Cansa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto favoravelmente, data venia, com restrição. Não posso aceitar a discriminação feita neste convênio entre alunos que vêm de Escola mantida pelo Estado e outros de Escola Particular contando os primeiros com o privilégio do ensino gratuito e os outros com a obrigação de pagar anuidades. Nada comprava que todos os alunos que frequentam as Escolas Estaduais são carentes de recursos: é uma discriminação que prejudicará a integração social entre os alunos e que motiva os seus pais a uma justa crítica.

São Paulo, 12 de março de 1980.

a) Cons. LIONEL CORBEIL

Esta Declaração de Voto foi subscrita pelo Cons. Alpínolo Lopes Casali.